

1100000

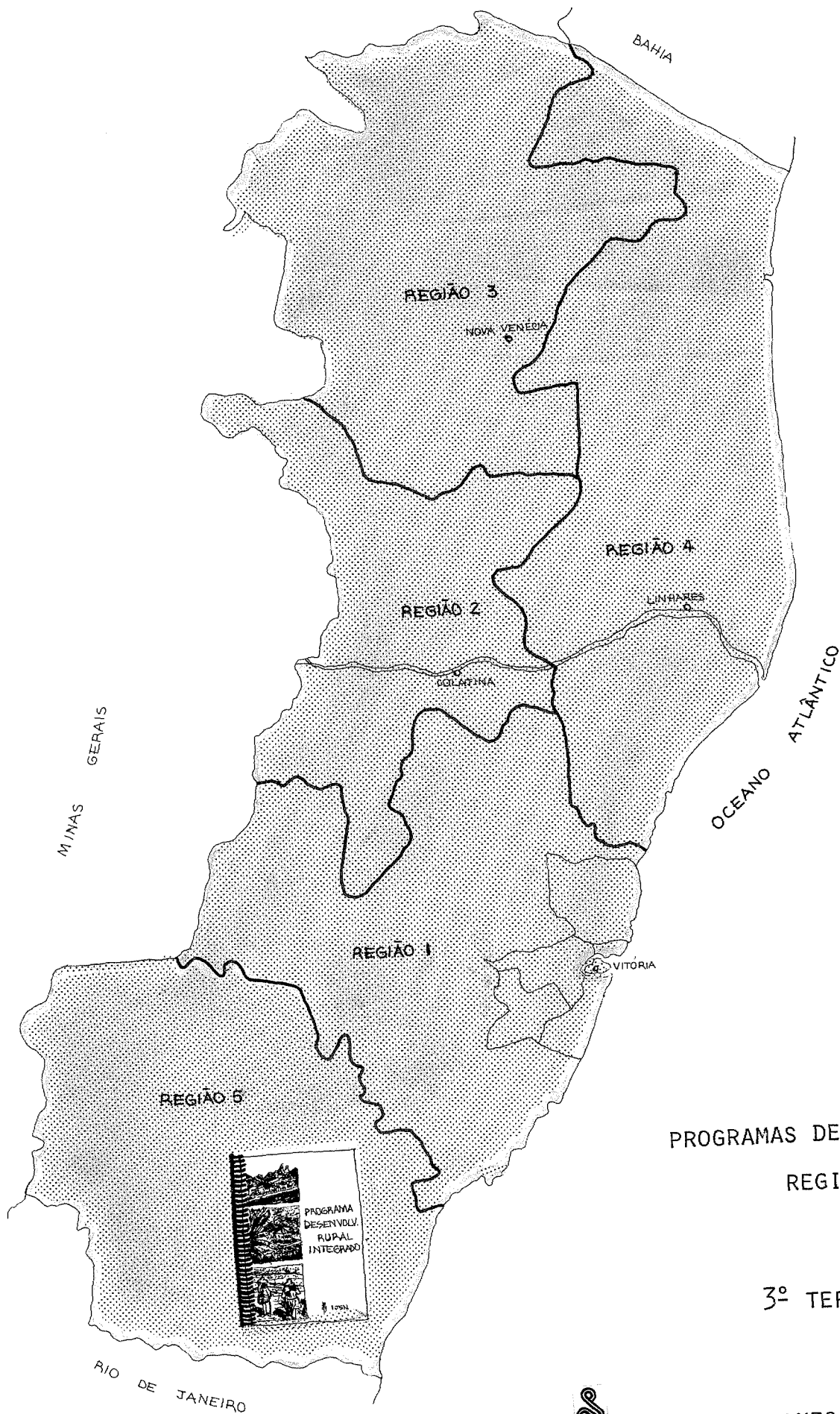
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAIS INTEGRADOS

(1ª SÉRIE)

3º TERMO DE REFERÊNCIA

OUTUBRO/1982



PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAIS INTEGRADOS
(1ª SÉRIE)
3º TERMO DE REFERÊNCIA



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Eurico Vieira de Rezende

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Octávio Luiz Guimarães

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Orlando Caliman

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	4
2. AS POLÍTICAS DO ESTADO E A ECONOMIA CAPIXABA	8
3. O PROBLEMA DA INTERVENÇÃO DESCOORDENADA E DO PLANEJAMENTO ...	12
4. PROPOSTA GERAL DE TRABALHO	14
4.1. OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTE GRADOS	14
4.2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	15
4.2.1. Linhas gerais do marco teórico para abordagem da Região-Programa	15
4.2.2. Roteiro das fases de elaboração do PDRI	20
4.3. SUBPROGRAMAS	21
5. PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO	24
5.1. REGIÃO-PROGRAMA LINHARES	24
REGIÕES-PROGRAMAS COLATINA, NOVA VENÉCIA	24
5.2. REGIÃO-PROGRAMA VITÓRIA - <i>A Estrutura Produtiva do Esta do do Espírito Santo e suas Principais Tendências para os anos 80</i>	35
<i>Programas Estaduais de Desenvolvimento Integrado (PEDI).</i>	35
ANEXO:	
PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO AO ESCRITÓRIO-LOCAL DA EMATER	
MAPA DO ESPÍRITO SANTO COM A DIVISÃO REGIONAL	

APRESENTAÇÃO

Durante a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI) da Região-Programa V, deparou-se com a necessidade de aprofundar a análise dos pressupostos teóricos inicialmente formulados (vide PDRI's, Termo de Referência - maio 81), detalhando cada um de seus eixos norteadores e pensando nas formas viáveis de instrumentalização dos mesmos, com firme discriminação do cronograma de trabalho.

As tarefas de redefinição metodológica, sua instrumentalização e a remontagem de uma equipe que com ela se afinasse conformaram o pilar central de uma proposta global de trabalho para a efetiva implantação de um processo contínuo de planejamento regional do Espírito Santo. Assim, a nova proposta desenvolvida para a experiência piloto PDRI da Região-Programa V (Cachoeiro de Itapemirim), face ao ajuste e aprimoramento requerido em diversos momentos, redundou num atraso não previsto no cronograma inicial.

De qualquer forma, pode-se dizer que todos os problemas referentes à nova metodologia e à remontagem da equipe técnica já estão resolvidos, fazendo prever um desenrolar mais rápido para os próximos trabalhos, para os quais procura-se esboçar uma estratégia que contemple as demais regiões programadas.

Esta estratégia não se limita a tomar as regiões programadas isoladamente; pelo contrário, procura tratá-las segundo uma perspectiva que as envolva numa ótica de trabalho que viabilize uma análise conjunta que, possa também levar a *economia de planejamento*. Tal ótica é a seguinte:

- a) Linhares - seria a próxima região de estudo por apresentar uma estrutura produtiva sem similar no estado, onde sobressai a monocultura de grandes estabelecimentos vinculada a grandes projetos agroindustriais,

cuja determinação é dada, fundamentalmente, por fatores exógenos à região e ao estado.

- b) Colatina e Nova Venécia - Seria trabalhadas conjuntamente, por conformarem um espaço econômico contínuo, e paralelamente a de Linhares, fruto da ampliação da *capacidade de respostas* adquirida pela equipe, resultando relativamente, em menos tempo de trabalho e, consequentemente, numa das facetas da *economia de planejamento*.
- c) Grande Vitória - O último trabalho trataria da Região-Programa da Aglomeração da Grande Vitória. Por se constituir no grande centro polarizador de todo o Estado e de duas diferentes regiões, o trabalho não se ateria ao PDRI. Após o seu término, partiria-se para o estudo convergente de todas as regiões-programas, a fim de propiciar o estabelecimento de uma regionalização econômica estadual, a formulação de políticas estaduais e outros pontos a serem discutidos.

De uma forma geral, este documento começa com uma avaliação crítica das experiências anteriores de planejamento regional, abordando as políticas de estado e seus reflexos na organização da produção agrícola capixaba, passando pela questão da relativa descoordenação existente entre os órgãos responsáveis pela implementação das políticas, até chegar à explicação da referida ótica proposta.

Na última parte procura-se detalhar as propostas específicas atinentes a ótica preconizada. Cada proposta aparece acompanhada de listagem da equipe e despesas a serem efetuadas, um cronograma de trabalho e um cronograma físico-financeiro, procurando adequá-los a conjuntura político-eleitoral que se avizinha.

Uma ação planejada é uma ação não improvisada. E como são muitos os agentes que compõem o elenco dos executores da atividade concreta, mesmo que estes estejam todos interessados ou pelo menos comprometidos com a realização de objetivos comuns, parece óbvio que a improvisação de todos e de cada um, só levará à realização do pretendido, se houver interferência de algum *poder sobrenatural*. Mesmo havendo uma direção única, se esta for improvisada sempre, a confusão se generaliza.

A necessidade de compatibilizar um conjunto diversificado de ações, de maneira a que os resultados se combinem levando à realização do objetivo comum, ou mesmo, a necessidade de superar a anarquia de um conjunto de atividades distoantes o que leva à perda de energia e mesmo aos caos completos - é que justificou o surgimento do planejamento na administração pública.

Um outro argumento forte contra a improvisação é a eterna escassez de recursos. Esta obriga a usar meios de que se dispõe da maneira mais econômica possível, e de retorno social, com o maior rendimento possível; ou melhor, quando se tem mais objetivos do que meios para atingi-los, se faz necessário definir quais são os objetivos prioritários, quais deles tem mesmo que ser atingidos e quais podem ser deixados para um outro momento ou ainda, quais são os objetivos que se atingidos ajudarão a atingir os demais.

O planejamento pressupõe pois um conhecimento do que se pretende planejar (objeto), de para que planejar (objetivos) e de como se atingir os objetivos (meios); pressupõe também a inseparabilidade do planejamento da ação e da execução da ação. O planejamento tem que estar a serviço dos que executam a ação.

É um processo de preparar bem cada ação, organizar adequadamente um conjunto de ações interdependentes, acompanhar com o mesmo cuidado a realização de cada ação e tirar lições do ocorrido. A revisão e crítica das ações terminadas se funde com a preparação de novas ações que serão por sua vez acompanhadas, revistas e assim por diante.

O planejamento é sempre relativo a uma determinada ação que se pretende realizar em um contexto também determinado. É preciso então ter sempre presente a que nível se pode planejar as ações.

Ninguém mais pode negar que o planejamento do estado nas regiões mais pobres, na habitação, nos transportes, na produção de energia, na educação, na agricultura é útil para criar novas oportunidades de negócios, dinamizar a atividade econômica, abrir frentes de investimentos. Mas por outro lado não se pode pretender submeter toda a atividade econômica da sociedade a um plano e nem pretender que tudo resulte diretamente da ação do Governo. Aqui surgem as dificuldades maiores, pois é muito difícil planejar o desenvolvimento podendo responder somente por uma parte das decisões, quase sempre somente aquelas auxiliares, e ainda sendo controlado pelo conjunto diversificado de interesses privados, que são efetivamente os que decidem e determinam o rumo das atividades produtivas.

O planejamento governamental surge então como uma forma de programar para racionalizar o uso dos recursos controlados pelo estado, dar-lhes rentabilidade máxima em termos sociais (geração de renda, emprego, e benefícios outros) e garantir a realização de alguns objetivos centrais.

A presente proposta pretende delinear procedimentos básicos para o planejamento das ações do Governo do Estado no âmbito de suas atribuições. Ora o Estado atua em diferentes níveis através de grande número de órgãos setoriais: desde as prefeituras até as empresas de economia mista e bancos de desenvolvimento, passando pelas secretarias de Estado. Todos tem suas programações em andamento mais ou menos desintegradas uma em relação às outras. Se colocam então os problemas:

- Como elaborar planos ao mesmo tempo em que se vão tomando as reais decisões em diversos setores sem buscar as suas compatibilizações?
- Como planejar, se cada um dos organismos funcionam com programação independentes e não abrem mão de sua autonomia relativa?

A resposta a estas questões passa pelo entendimento das ações, e políticas levadas a efeito pelo Estado, nos últimos tempos, na região que compreende o Espírito Santo, bem como, pelas suas consequências sobre o processo recente de intensas transformações sócio-econômicas em que esteve a realidade local (item 2).

Passa também pela análise das demandas por infra-estrutura sociais e econômicas por parte das diferentes regiões e municípios e enfim pela análise das atribuições, e condições dos organismos coordenadores do sistema estadual de planejamento no caso a COPLAN e seus órgãos de apoio, em especial o IJSN.

A Coordenação Estadual de Planejamento visa dotar o executivo do Estado de um planejamento integrado em todas as suas atribuições. O Instituto Jones dos Santos Neves é o seu órgão de apoio na formulação de programas, planos, estudos e sistematização de dados. Como são muitos os objetivos não se pode esperar a realização de todos de uma vez. Por outro lado, o processo de centralização de recursos fiscais no âmbito do governo federal acentuou o empobrecimento dos governos municipais e principalmente estaduais, o que exige que se realize um esforço sobre-humano de planejar a aplicação dos poucos recursos existentes, mesmo não existindo a institucionalização do planejamento e uma experiência acumulada capaz de resolver os problemas satisfatoriamente. Os recursos orçamentários do Estado e das Prefeituras, além de serem insuficientes para atenderem os reclames, fogem no momento, em quase sua totalidade, à possibilidade de obedecerem a uma programação integrada, agravada pela emergência das soluções requeridas. Resulta daí que a obtenção de recursos federais para programas e projetos assume importância na administração estadual. É

exatamente o planejamento para aplicação desses recursos que oferece a oportunidade de introdução do processo de planejamento integrado na administração estadual uma vez que alguns destes recursos são repassados e controlados pela COPLAN.

As questões que se colocam são então:

- 1) Como obter e programar recursos federais para o Espírito Santo, através de Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados?
- 2) Como, através dessa programação, induzir a integração dos programas orçamentários do estado e das prefeituras a partir da consideração dos investimentos em execução ou com fontes de recursos já assegurados?
- 3) Como garantir a participação dos interesses locais na programação da aplicação dos recursos?

2. AS POLÍTICAS DO ESTADO E A ECONOMIA CAPIXABA

Nos últimos quinze anos a economia capixaba experimentou um processo acelerado de transformações. Interessa-nos identificar os seus determinantes, pelo ângulo das políticas indutoras governamentais, principalmente da política industrial e da política agrícola.

O vigoroso processo de industrialização aqui verificado a partir do final da década de 60, foi orientado por uma política industrial instrumentalizada pelos incentivos fiscais e pelos subsídios ao capital. Como era de se esperar, os novos empreendimentos industriais foram se concentrando gradativamente na região da Grande Vitória.

Mas nem por isso a industrialização veio a constituir-se em um fenômeno exclusivamente afeto a esta região. Determinados projetos industriais por suas próprias características tiveram que ser localizados em outras regiões.

A política industrial e o planejamento econômico geral não antecipam esta conformação espacial, senão facilitam a implantação de projetos industriais que venham complementar a estrutura industrial brasileira e que pretendem processar matérias-primas locais até então inproveitadas.

Dentre todos os projetos industriais implantados com o apoio da política industrial governamental, cabe destaque àqueles processadores de matérias-primas ageopecuárias. Como exemplo destes projetos lembramos o de produção de celulose, os diversos frigoríficos e laticínios, a indústria madeireira e mais recentemente face ao condicionante energético, aqueles viabilizados pelo PROGRAMA NACIONAL DO ALCÓOL.

Estes projetos, não obstante sejam caracteristicamente industriais, devido às suas especificidades têm influências e consequências diretas sobre o setor primário, constituindo-se mesmo nos principais determinantes de

perfil produtivo deste setor. O setor primário tem a sua evolução condicionada pela do projeto industrial e ainda sofre profundas transformações, principalmente no que tange à concentração da propriedade da terra e à ocupação de grandes áreas agricultáveis com a cultura de um único produto.

Um outro flanco da política econômica que tem importância para o Espírito Santo, é a política agrícola. Esta, instrumentalizada fundamentalmente pelo crédito subsidiado e pela garantia de preços mínimos, muito contribuiu para a prolongada estagnação do setor agrícola, especialmente do subsetor lavouras. Este setor durante vários anos apresentou um desempenho insatisfatório com taxas de crescimento do produto inferiores ao incremento populacional, o que além de significar um sério entrave à dinâmica econômica regional devido à insuficiência do abastecimento alimentar e à queda do nível de renda médio, possibilitou ainda um também vigoroso processo de transferência de população das áreas rurais para as urbanas com os seus consequentes agravantes (favelização, pressão sobre a oferta de alimentos, queda do nível de vida, etc).

A política agrícola poderia ter-se constituído em um instrumento capaz de minorar algumas das distorções do crescimento acelerado, mas na medida em que o seu marco de referência era a agricultura do país como um todo e não se levava em consideração as especificidades regionais, ela na verdade passou a ser mais um componente distorsivo. Ora, uma política em sua essência meramente financeira, que em sua vertente crédito rural, atende quase que exclusivamente os grandes produtores ficando os pequenos produtores à margem e que em sua outra vertente preços mínimos, não garante uma remuneração satisfatória aos produtores, não poderia ser um instrumento capaz de sustentar o crescimento ou expansão da produção agrícola capixaba.

A agricultura capixaba tradicionalmente produtora de poucos produtos (café, milho, mandioca, feijão e arroz) em pequenas propriedades, utilizando-se da mão-de-obra familiar, muito pouco se beneficiou da política agrícola, pois os pequenos produtores enfrentam uma série de dificuldades para terem acesso ao crédito e os preços mínimos quase sempre estiveram abaixo dos preços de mercado, quando não dos custos de produção.

Referência especial deve ser feita à política do IBC para o café, princi

pal produto agrícola da economia capixaba. Na década de 60 ela foi a grande responsável pela queda da produção, com o incentivo à erradicação dos cafezais, com originalmente destinado às velhas lavouras na verdade atingiu também as lavouras em formação. Somente no período mais recente, já na década de 70, é que observa-se uma invasão dessa política, agora incentivadora do plantio em novas bases técnicas, que vai propiciar a expansão crescente da área plantada de cafezais.

Mas apesar desta mudança significativa da política do IBC para o café, ao se considerar o período mais recente e a política agrícola em geral, em que pese as mudanças introduzidas a partir de 1979, pode-se afirmar, que poucas são as alterações que efetivamente contribuem para uma possível reversão da tendência à estagnação até então verificada, sem que se concentre em demasia a propriedade da terra e sem que continue o processo de expulsão do homem do campo.

Na verdade, os últimos dados da produção agrícola tem indicado uma retomada do crescimento, mas esta se deve a programas especiais que agravam os problemas principais acima citados, e não a uma política que incentive as culturas tradicionais da região.

Neste ponto vale lembrar o PROGRAMA DA BORRACHA que se destina a toda a faixa litorânea e que apesar de ainda ser cedo para avaliar os seus efeitos, possivelmente ele, ampliará as distorções e as transformações no campo capixaba.

Há que se ter em conta ainda as mudanças introduzidas na direção de ação do Governo Estadual no período recente. Esta ação que não distoou da política federal no passado, atualmente continua não distoando no fundamental, porém possui traços específicos que devem ser considerados.

Assim, em que pese ainda o limitado poder de intervenção do Governo Estadual, a política contida nas Diretrizes para Ação Integrada do Governo do Estado do Espírito Santo - 1979/83, que preconiza a consolidação dos grandes projetos e interiorização do desenvolvimento, poderá ocasionar transformações não desprezíveis na realidade capixaba e um esforço

de coordenação das políticas locais com as emanadas do poder central poderá frutificar.

Mesmo havendo descompasso entre o preconizado e o efetivado o que se verifica é que os diversos órgãos do estado procuram seguir estas diretrizes.

O Estado em seu conjunto aparece como o criador de infra-estrutura tanto econômico quanto social. Infra-estrutura urbana que objetiva consolidar os *grandes projetos* e criar condições para a implantação de novos projetos industriais em áreas urbanas do interior. E infra-estrutura rural que visa melhorar as condições de vida no campo, bem como complementar e dinamizar as relações campo-cidade.

Por outro lado também os organismos financeiros estaduais indutores e orientadores da acumulação de capital (GERES/BANDES), procuram orientar sua ação no sentido da interiorização do desenvolvimento, incentivando o desenvolvimento de atividades industriais e agropecuárias. Isto é feito através de um conjunto de programas (suinocultura, pipericultura, etc) e linhas de financiamento destinados a determinadas atividades e produtos. O que aparece como novo e importante nesta ação dos organismos financeiros, é a ênfase e a importância que se atribui ao setor primário, que mesmo tendo pequena participação relativa na composição da renda estadual, é um setor que emprega parcela significativa da população capaz, devido às suas características estruturais.

Porém este sentido global da ação do governo estadual não garante que haja uma conjugação e coordenação das ações particulares dos seus diversos órgãos setoriais. Esta conjugação é apenas aparente, pois os organismos setoriais, tem campos específicos de atuação e possuem relativo grau de autonomia, o que associado à incipiente prática de coordenação central dão as condições objetivas da desintegração e do descompasso entre o preconizado e o efetivado.

3. O PROBLEMA DA INTERVENÇÃO DESCOORDENADA E DO PLANEJAMENTO REGIONAL

Como foi visto no item anterior, o Estado exerce um papel fundamental na performance da economia capixaba. No que tange ao Governo Estadual, este possui instrumentos específicos de intervenção que são utilizados pelos diversos órgãos setoriais. A política estadual possui um ponto de apoio que tenta coordenar e orientar a ação governamental. Trata-se das *Diretrizes para a Ação Integrada do Governo 1979/1983*, onde constam os objetivos perseguidos pela atual administração, bem como as estratégias a serem utilizadas para o alcance daqueles objetivos. Dentre as estratégias propostas no documento, destaca-se a que se refere à *Ação Regional*, que traz em seu bojo o *Planejamento Regional*.

O Planejamento Regional, proposto pelas *Diretrizes*... visa, antes de tudo, a interiorização do desenvolvimento estadual a fim de atenuar os desequilíbrios regionais. Para isto, o Planejamento Regional deve propiciar uma maior integração dos órgãos executivos (ação econômica e ação social), como também, ampliar a *participação social* da população.

Em rápidas palavras, é este o lugar reservado ao Planejamento Regional, dentro da estrutura do poder estadual.

Cabe, entretanto, uma referência ao modo pelo qual se deslanchou o processo de Planejamento Regional no Espírito Santo.

Com base num estudo de Regionalização que demarcou cinco Regiões Programadas dentro do Espírito Santo, iniciou-se a experiência de elaboração dos *Planos Regionais*, ou seja, partindo-se do conhecimento da realidade sócio-econômica de cada região, tentou-se chegar a um perfil dos problemas e das potencialidades característicos destas Regiões Programadas, o que iria culminar nas propostas de programas econômicos e sociais, a fim de dinamizar as atividades econômicas próprias de cada região.

Não se trata, aqui, de fazer uma narrativa exaustiva de todo o processo de *idas e vindas* em que esteve envolto a equipe responsável pela feitura destes Planos, nem de desconsiderar o aprimoramento alcançado nesta área específica, mas de apreender, com base numa visão crítica, os possíveis rearranjos a serem efetuados no marco referencial de suporte do Planejamento Regional.

Assim, uma primeira ressalva que se faz é ao tipo de regionalização intra-estadual, onde estas Regiões confundem-se com limites político-administrativos sem levar, especialmente, em consideração as atividades econômicas exercidas no espaço considerado. Este tratamento condiciona uma visão *fechada* de cada Região não se destacando, portanto, as várias articulações com o restante da economia capixaba.

Um outro viés fundamental da elaboração dos *Planos das Regiões* Programas refere-se a forma de utilização das informações estatísticas. Utilizou-se, quase que exclusivamente, dados censitários sem tratamento analítico dos fenômenos que estes dados poderiam sugerir. Ora, as informações estatísticas, por mais detalhadas que se apresentem não deixam transparecer a situação concreta dos fenômenos que representam, deixando-os no nível das generalidades. Além destes problemas, o planejajamento continuava a ser uma atividade independente do envolvimento da população.

No entanto, estes desvios e possíveis alternativas corretivas esboçadas sucintamente no item subsequente, não relegam os verdadeiros condicionantes do planejamento regional pretendido. Como pano de fundo, correndo em paralelo à execução do planejamento, constituindo-se na causa principal da não viabilização dos planos, estão os problemas de ordem politica e institucional. Sua forma de manifestação mais evidente é a não articulação inter ôrgãos estaduais setoriais e inter níveis de governo (federal, estadual, municipal). Desarticulação que torna permanente a separação entre os que planejam e os que executam as ações.

4.

PROPOSTA GERAL DE TRABALHO PARA AS REGIÕES PROGRAMAS

4.1. OS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS - PDRI

Os Programas de Desenvolvimento Regional Integrado, cuja proposta ora apresentamos, inserem-se pois no âmbito das políticas governamentais e nascem da articulação de vários órgãos setoriais, concretizando a compatibilização de seus objetivos e ações na área de sua abrangência.

Tendo como objetivo geral, a interiorização do desenvolvimento, o PDRI tem como objetivos específicos:

- a) identificar regiões de menor dinamismo econômico e/ou as que apresentem carência de equipamentos e serviços essenciais à manutenção de suas atividades produtivas e de um nível aceitável de vida;
- b) identificar e fomentar nesta região, atividades com efetivo potencial de resposta no que tange à geração de renda, emprego, aumento da produção e produtividade;
- c) identificar as principais necessidades de infra-estrutura de apoio e de serviços, viabilizando a seleção de projetos que respondam aos estrangulamentos do processo de realização ou aprimoramento da produção e à hierarquização da rede urbana;
- d) articular organismos setoriais, que interferem na aplicação da política estadual, conjugando instrumentos e recursos, evitando a superposição de apoio a atividades e projetos assim como a pulverização ineficaz dos investimentos;

e) identificar fontes de recursos extra-orçamentários, para o financiamento de Programas de interesse do Estado do Espírito Santo.

4.2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A definição dos pressupostos metodológicos, que nortearão a formulação propriamente dita dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, será feita a partir dos seguintes itens:

- 4.2.1. Linhas Gerais do Marco Teórico para Abordagem da Região - Programa.
- 4.2.2. Roteiro Básico das Fases de Elaboração

Cabe ressaltar que as especificidades das regiões programas poderão implicar alterações substantivas nas linhas gerais apresentadas a seguir.

4.2.1. LINHAS GERAIS DO MARCO TEÓRICO PARA ABORDAGEM DA REGIÃO-PROGRAMA

Primeiramente, entende-se a Região-Programa enquanto um espaço que possui suas especificidades quanto à produção. Tendo em vista que uma intervenção planejada a nível desta Região-Programa deve necessariamente passar pelo entendimento de sua estrutura produtiva, acredita-se que tal entendimento deve ser alcançado através de um estudo do todo regional, ou melhor, da dinâmica da produção regional, ressaltando suas características gerais referentes à estrutura fundiária, condições naturais, principais produtos, progresso técnico, mercado de trabalho, comercialização e rebatimento regional da política agrícola, estadual e federal. Mas o estudo para uma intervenção planejada na Região-Programa não se esgota aí: deve, acima de tudo, contemplar a dinâmica de cada uma de suas partes constitutivas, subespaços que guardam uma série de especificidades quanto a sua dinâmica interna. Dessa forma, a identificação das especi

ficidades existentes aparece como ponto crucial para a elaboração do plano ou programa, uma vez que subespaços economicamente diferenciados demandam intervenções também diferenciadas.

Neste sentido, a base para uma intervenção nesses moldes deve centrar-se em uma regionalização econômica que, rompendo com as amarras político-administrativas dos municípios, busque identificar subespaços homogêneos sob a ótica da organização da produção apreendendo a dinâmica interna a cada subespaço específico e suas articulações com o exterior.

A tentativa de se atingir tal objetivo vem sendo norteada pelos seguintes eixos:

- . *Processo Produtivo* - que engloba as relações homem-natureza, estrutura fundiária, uso do solo e relações de trabalho;
- . *Processo de realização da produção* - que privilegia o estudo das cadeias de intermediação, singularidades do mercado e formas específicas de subordinação da produção a diferentes frações do capital, além dos pontos de estrangulamento enfrentadas para a realização da produção;
- . *Organização Social existente* - com ênfase colocada na distinção entre formas de organização da classe produtora e trabalhadora, aí incluindo a atuação de sindicatos, igrejas etc..., também enfatizando a atuação das cooperativas e sua estruturação interna;
- . *Intervenção do Estado* - cujo rebatimento a nível da produção, comercialização e condições de reprodução do elenco de frações de classe identificadas na região, permeia toda a análise acima explicitada.

Para a análise da região, centrada nos eixos listados anteriormente, pensou-se, inicialmente, na utilização de informações secundárias, baseadas nas estatísticas dos censos agropecuário e demográfico de 1980 do IBGE, por setor censitário, combinadas a pesquisa direta junto aos técnicos locais da EMATER¹. As informações do censo de 1980 por setor cen

¹Estágio de trabalho a ser melhor definido no subitem relativo as principais fases de elaboração do PDRI.

sitário propiciavam a manipulação de dados recentes, com base espacial de reduzida dimensão, apresentando uma possibilidade de agregação não comprometida aos limites político-administrativos municipais. De qualquer forma, dos indicadores priorizados para a pesquisa (Estrutura Fundiária, Posse da Terra, Uso da Terra, Migrações, Relações de Trabalho e Culturas), apenas os quatro primeiros poderiam ser construídos a partir das informações secundárias, ressaltando a necessidade de trabalhar os dois últimos junto aos técnicos da EMATER, com os quais também estava previsto todo um questionamento acerca da organização da produção e sociedade locais.

A partir daí, passou-se ao mapeamento dos indicadores e a uma sistematização e análise das informações obtidas que resultou na feitura de relatórios municipais, contendo uma primeira aproximação da dinâmica da produção local, cuja análise ainda se mantinha restrita aos limites do município.

Cada indicador passa então a ser mapeado para toda a região, formando *manchas* por indicador. Sendo assim, os setores censitários que possuem as mesmas características formam uma mancha homogênea que pode ou não extrapolar os limites municipais.

A passagem das manchas por indicador para as manchas econômicas, inicialmente pensada como uma sobreposição dos indicadores através de uma determinada valoração, passa a se dar através da conjugação do indicador estrutura fundiária aparente ao indicador base, espacialização da cultura ou combinação de culturas. A noção de mancha econômica ou de produção, surge, então, quando num determinado espaço, a atividade econômica dominante conjugada com a estrutura fundiária correspondente reflete a forma geral de reprodução daquela economia.

O problema que aí se coloca é que dificilmente se encontra uma porção de espaço onde se identifica uma única cultura ou atividade econômica dominante. Normalmente essa atividade dominante aparece articulada a outras

atividades, subsidiárias, concorrentes ou associadas, articulação esta que de certa forma mantém e reproduz aquela economia.

O estudo dessas articulações e seu significado passa pela utilização dos indicadores restantes e de todas as informações obtidas junto aos técnicos da EMATER, já preliminarmente sistematizadas nos relatórios municipais. Com isso, passa-se à análise da reprodução interna a cada mancha econômica, seguindo os grandes eixos anteriormente mencionados. O elemento central dessa análise seria a noção de *complexo*.

Desse modo, a noção de complexo se define por uma particular articulação de culturas e relações de produção, imprimindo uma determinada dinâmica à produção de cada espaço rural específico.

Verifica-se, até o momento, a possível existência de três diferentes tipos de complexo:

- . *Complexo Unitário* – onde uma atividade simples e exclusiva é a grande responsável pela geração da renda local, sem a existência de outras atividades articuladas, subsidiárias ou não;
- . *Complexo Combinado* – que se define pela conjugação de duas ou mais atividades determinadas por:
 - *Estratégia de sobrevivência do pequeno ou micro estabelecimento*, onde a atividade articulada proporciona a subsistência da família do proprietário, ou permite a complementação de sua renda em atividades de *ciclo longo*.
 - *Estratégia de reprodução da força de trabalho*, onde a atividade articulada, de subsistência, ajuda a complementar a remuneração da força de trabalho, quase sempre do meeiro;
 - *Estratégia empresarial*, onde restrições de mercado limitam o desenvolvimento de certas atividades, levando a uma articulação com outras. É mais comum em grandes estabelecimentos, principalmente nos

que produzem café, onde as restrições pelo lado do mercado de trabalho impõem o aproveitamento de grande parte da área ocupada pelo estabelecimento na exploração da pecuária extensiva que demanda pouca mão-de-obra;

- *Condições de relevo*, onde restrições de ordem natural implicam em determinada diversificação agrícola. É o caso dos terrenos declivosos onde a cultura do café se localiza nas encostas e a pecuária, ou milho, por exemplo, nas baixadas.

. *Complexo Excludente*, onde duas ou mais culturas articuladas tendem a se excluírem, ou seja, a expansão de uma delas implica necessariamente na retração da outra. O maior exemplo para esse complexo pode ser obtido na articulação pecuária-cana.

O entendimento de cada complexo passa necessariamente pela sua análise interna e externa.

A análise de suas relações internas acompanha os seguintes eixos:

- . Caracterização da cultura e condições naturais da produção;
- . Estrutura fundiária segundo o número de estabelecimentos e área ocupada por cada estrato, com base no setor censitário;
- . Comercialização;
- . Intervenção do estado na produção e comercialização;
- . Definição do complexo.

Esta análise também engloba a identificação e estudo dos *bolsões* internos ao complexo. Entende-se por *bolsão*, a delimitação geo-econômica de alguma cultura ou de um determinado grupo de culturas combinadas e/ou emergentes que sobrevivem no interior do complexo. A importância do *bolsão* é caracterizada pela concentração da cultura ou da combinação de culturas no seu interior ou pela importância estratégica das mesmas no conjunto da produção da Região-Programa.

A análise de suas relações externas, implica na manipulação de informações censitárias de caráter mais dinâmico que permitem comparar e visualizar a situação da Região-Programa em momentos distintos, propiciando um entendimento das articulações entre os complexos que vai ser contrastado às informações obtidas em fontes primárias. Para tanto utiliza-se de estatísticas dos Censos Agropecuário e Demográfico, do IBGE, de 1960, 70 e 75, referentes a estrutura fundiária, progresso técnico, produtos dinâmicos e comportamento da população urbana e rural.

4.2.2. ROTEIRO DAS FASES DE ELABORAÇÃO DO PDRI

O que passa-se a apresentar a seguir são as principais fases concernentes a operacionalização do esboço metodológico apresentado anteriormente.

Sendo assim, tem-se:

- a) Coleta de informações, na delegacia regional do IBGE, do Censo Agropecuário, 1980. Deu-se destaque a este ponto em função do tempo necessário para cumprí-lo, na medida em que não estão formalmente divulgados os resultados do aludido Censo;
- b) Concepção e redação do *Documento Preliminar de Trabalho* com base na bibliografia já existente sobre a região-programa. O objetivo é o de se dar o primeiro bosquejo sobre os traços básicos da região, no intuito de dar o suporte básico para a viagem-pesquisa;
- c) Viagem-pesquisa a região-programa com a finalidade de complementar alguns dados e informações, não passíveis de serem obtidos mediante as fontes tradicionais, bem como auscultar os principais órgãos representativos e/ou organizativos da população: Prefeitura Municipal, Cooperativas, Sindicatos, ou os que tenham uma atuação significativa, segundo os fins últimos do PDRI, tais como a EMATER, EMESPE, DACAF/IBC, etc. Espera-se que esta *ida ao campo* possa propiciar a reavaliação e a realimentação do *Documento Preliminar de Trabalho*, além da identificação dos principais problemas emergentes da região. Segue em anexo o possível questionário a ser utilizado na entrevista com os técnicos da EMATER.

Durante o período de viagem da quase totalidade da equipe, procurar-se-ia envidar os esforços dos membros restantes para, em conjunto com a COPLAN, levantar a *matriz de investimentos* do Governo Federal e Estadual;

- d) Definição da problemática da região-programa e elaboração do PDRI - curto prazo. Está embutida nesta fase a sistematização das informações básicas coligidas *in-loco* e a reavaliação sucinta do *Documento Preliminar de Trabalho*, lastro para a preparação e triagem dos ante-projetos e/ou projetos emergentes, a serem inseridos nos subprogramas componentes do item a seguir;
- e) Aprofundamento do entendimento da Região-Programa e elaboração do PDRI - médio e longo prazos. As possíveis questões não dirimidas por ocasião da fase de trabalho D. mereceriam neste momento um tratamento especial, podendo inclusive envolver viagens a órgãos e/ou subáreas previamente selecionadas. Ou seja, ter-se-ia um *Documento Analítico da Região-Programa*, de tal sorte que permitisse a proposição de ante-projetos de médio e longo prazos - referenciados a regionalização econômica endôgena aos limites políticos-administrativos da região-programa ou das regiões-programas.

4.3. OS SUBPROGRAMAS

As propostas de intervenção que compõem o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado pressupõem o desdobramento em intervenções por um lado a nível das atividades produtivas, das condições de vida, da infra-estrutura de apoio, e por outro lado a nível de núcleos urbanos e ao nível rural/regional, embora tais aspectos se interagem e complementem na totalidade. Esta totalidade enseja intervenções articuladas, integradas, que alcançarão, assim sendo, um rebatimento positivo no desempenho econômico.

Em termos preliminares, propõe-se pois, que o PDRI desdobre-se nos seguintes subprogramas:

A - SUBPROGRAMAS DE AÇÃO ECONÔMICA

- . Estímulo à diversificação agrícola - apoio à produção de insumos de natureza biológica tais como, matrizes e reprodutores, sementes e mudas, produtos agrícolas semi acabados (pintos, leitões) procurando sempre complementar a jornada anual de trabalho dos habitantes eliminando a folga das entre-safras;
- . Intervenção no processo de comercialização de produtos agrícolas;
- . Fomento à formação de Cooperativas de pequenos produtores;
- . Estímulo as oportunidades industriais identificadas nos núcleos interiores.

B - SUBPROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL

- . Educação - implantar/equipar escolas para cursos vinculados diretamente às necessidades das atividades produtivas;
- . Saúde - propiciar atendimentos às necessidades básicas de saúde e saneamento;
- . Habitação - adequar os programas habitacionais às necessidades da região.

C - SUBPROGRAMAS DE APARELHAMENTO INFRA-ESTRUTURAL RURAL

- . Apoio a consolidação/desencadeamento das atividades econômicas prioritárias:
 - . Eletrificação rural;
 - . Estradas vicinais.

D - SUBPROGRAMA DE APOIO URBANO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

- . Interiorização da administração pública estadual;

- . Implantação de equipamentos e serviços urbanos de apoio as atividades econômicas:
 - . Telefonia/comunicação;
 - . Escolas;
 - . Equipamentos de saúde etc.

5.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO

5.1. REGIÃO-PROGRAMA LINHARES

REGIÕES-PROGRAMAS COLATINA, NOVA VENÉCIA E VITÓRIA

Para o estabelecimento das propostas específicas de trabalho referentes as Regiões-Programas de Linhares, Colatina, Nova Venécia e Vitória torna-se de fundamental importância salientar que a elaboração do PDRI de curto prazo da Região de Cachoeiro levantou uma série de questões e problemas quanto a metodologia utilizada.

Os percalços passados pela equipe, frente aos desafios da formulação e aprimoramento dos pressupostos metodológicos e do roteiro de trabalho, foram frequentes. Em particular, a tentativa de adequação das diversas fontes de informações precipitou inúmeros problemas, cuja solução demandou *paradas* frequentes no estágio de interação dos dados da viagem com os *oficiais* (Censos etc.).

As paradas levaram a frequentes aprimoramentos e inovações metodológicas na pesquisa em andamento.

Quanto ao aprimoramento dos pressupostos metodológicos, pode-se citar a noção de *complexo* (detalhada no subitem 4.1.1.), conceito este fruto das *paradas* citadas anteriormente.

Após efetuada a análise completa da Região-Programa V, incorporando os diversos aprimoramentos atingiu-se uma metodologia que atendia plenamente as necessidades do Planejamento Regional. Durante o período de março a julho de 1982, elaborou-se, utilizando-se os avanços metodológicos obtidos, o Relatório Preliminar (Diagnóstico) e o Plano Operatório de Curto Prazo para a Região-Programa V.

A partir de julho de 1982 iniciou-se o estudo das Regiões-Programas I,

II, III e IV (respectivamente Vitória, Colatina, Nova Venécia e Linhares) consistindo basicamente em:

- . Levantamento bibliográficos das informações das Regiões-Programas I, II, III e IV;
- . Levantamento e primeira tabulação dos dados secundários das Regiões-Programas II, III e IV;
- . Viagem inicial às Regiões-Programas II, III e IV.

O aprofundamento analítico, as tabulações avançadas e o tratamento estatístico mais aprimorado das regiões I, II e III são elementos centrais do trabalho de equipe no último trimestre de 1982. No que tange ao tratamento estatístico, foram desenvolvidas técnicas de conglomeração, transvariação e outras, que serão instrumentos de grande valia para as análises a serem feitas.

Durante este período, também elaborar-se-á o Relatório Preliminar da Região Programa II. A escolha desta região para primeiro aprofundamento analítico deve-se a sua maior homogeneidade observada durante os estudos preliminares.

Os Relatórios Preliminares das Regiões-Programas II e IV*, serão completados durante o 1º trimestre de 1983, na ordem estabelecida pelo Quadro 3. Conjuntamente será elaborado o Plano Operativo de Curto Prazo, para as 3 regiões na forma de um único documento, sendo este entregue no final de março.

Dada a impossibilidade, em termos do cronograma previsto, de executar a pesquisa de campo da região de Vitória, far-se-ão as análises estatísticas, o estudo bibliográfico para a elaboração do documento de trabalho, durante a vigência deste convênio. Estudos estes que garantirão uma visão bastante abrangente da região de Vitória.

*Deve-se salientar que dada a maior complexidade da Região-Programa IV (Linhares), esta necessitará de um menor prazo para análise.

Com a conclusão do Documento Preliminar da região de Vitória, dos Relatorios Preliminares das demais regiões e dos Planos Operativos de 4 regiões há condições plenas de elaboração de um plano de governo. Tanto o nível de se obter um diagnostico apurado da realidade, quanto em termos de se ter indicaoes claras das regioes de intervenoes.

QUADRO 1

USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 3 PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO - OUT/82 A MAR/83

Cr\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	VALOR OUT/82-DEZ/82	VALOR JAN/83-MAR/83	TOTAL
PESSOAL	<u>17.850</u>	<u>25.550</u>	<u>43.400</u>
. CLT	6.760	10.140	16.900
. Prestação de Serviços	7.770	13.230	21.000
. Estagiários	820	1.180	2.000
. Despesas variáveis com pessoal (diárias de técnicos e consultores)	2.500	1.000	3.500
MATERIAL DE CONSUMO	<u>1.300</u>	<u>1.100</u>	<u>2.400</u>
. Artigos de Expediente	300	400	700
. Combustível	1.000	700	1.700
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	<u>1.850</u>	<u>1.950</u>	<u>3.800</u>
. Passagens aéreas	300	700	1.000
. Aluguel de carros	600	400	1.000
. Xerox	500	500	1.000
. Cópias Heliográficas	200	100	300
. Material de desenho	250	250	500
TOTAL	21.000	28.600	49.600

QUADRO 2

USOS E FONTES SEGUNDO O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cr\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	TRIMESTRES DE DESEMBOLSO						TOTAL			
	FONTES	3º (OUT./NOV./DEZ.)			4º (JAN./FEV./MAR.)			FEDERAL	ESTADUAL	
		FEDERAL	ESTADUAL		FEDERAL	ESTADUAL				
		SEPLAN/PR	IJSN	GERES	SEPLAN/PR	IJSN	SEPLAN/PR	IJSN	GERES	
Despesas fixas com pessoal		1.000	4.000		8.000		9.000	4.000		
Despesas variáveis com pessoal/diárias	500	500	1.500	500	500	1.000	1.000	1.500		
Obrigações patronais		1.500			2.400		3.900			
Material de consumo		1.200			1.200		2.400			
Remuneração de serviços pessoais	3.500	500	5.000	12.000		15.500	500	5.000		
Outros serviços e encargos	1.000	800		2.500	1.500	3.500	2.300			
TOTAL	5.000	5.500	10.500	15.000	13.600	20.000	19.100	10.500		

QUADRO

FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DE RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 3 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

Cr\$ 1.000,00

FORTE	NA ASSINATURA DOS CONVÊNIOS JUL/NOV/82	NA ENTREGA DO RELATÓ DE COLATINA JUL/NOV/82	NA ENTREGA DO RELATÓ DE LINAHRES DEZ/82	NA ENTREGA DO RELATÓ DE NOVA VENÉCIA JAN/83	NA ENTREGA DOS PDRI's ¹ MAR/83	TOTAL	%
GERES	6.500 ²	1.000	1.000	1.000	1.000	10.500	21,2
SEPLAN/PR	6.000	5.000	4.000	3.000	2.000	20.000	40,3
IJSN	8.430	2.500	3.170	2.500	2.500	19.600	39,5
TOTAL	20.930	8.500	8.170	6.500	5.500	49.600	100,0

¹Juntamente com os 3 PDR's serão entregues: um primeiro estudo da região de Vitória, e o escopo dos documentos *Estrutura Produtiva do Espírito Santo: Tendência para os anos 80* e dos *Programas Estaduais de Desenvolvimento Integrado (PEDI's)*.

²Parcela liberada.

5.

PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO

5.1. REGIÃO-PROGRAMA LINHARES

REGIÕES-PROGRAMAS COLATINA, NOVA VENÉCIA

Para o estabelecimento das propostas específicas de trabalho referentes as Regiões-Programas de Linhares, Colatina, Nova Venézia, torna-se de fundamental importância reportar-se ao Convênio de Cooperação Financeira firmado entre o GERES e o IJSN, com a interveniência do BANDES, para a elaboração de Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados (PDRI's).

Iniciando-se pela cláusula segunda - DO PRAZO -, o citado Convênio estipula o tempo de 12 (doze) meses para a elaboração do PDRI da região-programa de Cachoeiro de Itapemirim e o de outra região-programa, a ser eleita em comum acordo pelas partes convenientes, a partir da data de assinatura de tal Convênio, aqui considerada como o mês de julho de 1981. Entretanto, o rearranjo do IJSN em função das alterações ocorridas no Sistema Estadual de Planejamento, com a regulamentação da Coordenação Estadual do Planejamento, e a complementação da equipe de trabalho, levaram a que a 1ª parcela de liberação dos recursos - prevista para imediatamente após a assinatura deste Convênio - só se concretizasse no mês de setembro de 1981.

Além disto, há que se incorporar os percalços passados pela equipe, frente aos desafios da formulação e aprimoramento dos pressupostos metodológicos e do roteiro de trabalho, expostos no Termo de Referência - Anexo I do referido Convênio, e também a *viagem-pesquisa* piloto a Região-Programa V, pelas arestas surgidas por ocasião da sistematização e discussão dos dados coligidos. Em particular, a tentativa de adequação das diversas fontes de informações precipitou inúmeros problemas, cuja solução demandou *paradas* frequentes no estágio de interação dos dados da viagem com os *oficiais* (Censos, etc).

Quanto ao aprimoramento dos pressupostos metodológicos, pode-se citar a noção de *complexo* (detalhada no subitem 4.1.1.), conceito este fruto das *paradas* citadas anteriormente.

Se de um lado a equipe conseguiu, fruto deste processo, reforçar e forjar um fio condutor para o planejamento regional, a contrapartida, ou seja o outro lado, necessário para tanto pode ser sintetizada, dentre outros aspectos, numa ampliação do tempo previsto para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região-Programa V. Embora o Convênio GERES/IJSN não especificasse um limite temporal específico para a entrega de cada um dos dois PDRI's, o IJSN subdividiu o prazo - 12 meses - da seguinte forma:

- a) 08 (oito) meses para elaboração da metodologia e do PDRI/Região-Programa V;
- b) 04 (quatro) meses para elaboração do PDRI/Região-Programa *a ser definida*, conforme Convênio.

Mas ao tomarmos o tempo efetivamente dispendido para desenvolver a tarefa constante da letra - a -, constata-se que a previsão foi ultrapassada em dois meses, tendo em vista que o PDRI - Região-Programa V será entregue no mês de junho.

No decorrer dos 08 (oito) meses, foram gastos Cr\$ 20.409.690,00, discriminados no quadro a seguir, em parte devido ao índice inflacionário do período considerado e dos reajustes salariais, não previstos por ocasião do Termo de Referência anterior.

QUADRO I

DESPESAS PDRI - REGIÃO-PROGRAMA V (SET/81 - JUN/82)

(Cr\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL ATÉ ABR/82	VALOR MAI-JUN/82	TOTAL
PESSOAL	15.046.722	4.230.216	19.276.938
. CLT	6.444.962	1.749.010	8.193.972
. Prestação de Serviços	7.739.169	2.234.216	9.973.385
. Estagiários	862.591	246.990	1.109.581
GASTOS COM VIAGEM	463.334	80.000*	543.334
OUTROS CUSTOS	589.418	-	589.418
. Material de Consumo	220.000	-	220.000
. Xerox	289.418	-	289.418
. Heliográficas	80.000	-	80.000
TOTAL	16.099.474	4.310.216	20.409.690

*Valores estimados.

pode-se notar que tais gastos, s̄o para o PDRI da Regīo-Programa V, ul trapassaram em Cr\$ 4.470.800,00 o montante geral estipulado pelo Convê nio GERES/IJSN.

Antes de enveredarmos no detalhamento da sobrecarga financeira decorrente da defasagem temporal no cronograma físico, hã que se colocar, fruto do saldo qualitativo apropriado pela equipe para e durante a elaboração do 1o PDRI, uma proposta que vã alêm da sugestão da Região-Programa para o próximo PDRI - Linhares -, em função das transformações que vem passando pela implantação do PROÁLCOOL e de Projetos de Reflorestamento. Se a proposta continuasse restrita a esta Região, caso seja escolhida em comum acordo, o montante geral seria suplantado em Cr\$ 15.841.005,00 conforme quadro a seguir, dentro do prazo previsto de 12 meses.

QUADRO II

QUADRO DE USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE LINHARES

(Cr\$ 1,00)	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR - JUL/82 - SET/82
PESSOAL	10.786.231
. CLT	4.266.221
. Prestação de Serviços	5.871.659
. Estagiários	648.351
GASTOS COM VIAGEM	193.974
OUTROS CUSTOS	390.000
. Material de Consumo	120.000
. Xerox	170.000
. Heliográficas	100.000
TOTAL	11.370.205

Esta atualização dos custos do PDRI da *região a ser eleita em comum acordo* levam a *correção* proposta, sintetizada no quadro a seguir, de *alteração* do quadro de fontes e do cronograma de desembolso, em função dos gastos já efetuados pelo IJSN por ocasião da feitura do da Região-Programa V.

QUADRO III

QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 2 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

FORTE	NA ASSINATURA DO CONVÊNIO - SET/81	NA ENTREGA DO 1º PDRI JUN/82	NA ENTREGA DO 2º PDRI SET/82	TOTAL	%
GERES	3.500.000 ¹	12.500.000 ²	9.000.000 ²	25.000,000	80
IJSN	1.479.630	2.930.060	2.370.205	6.779.895	20
TOTAL	4.979.630	15.430.060	11.370.205	31.779.895	100

¹Parcela liberada em Set/81.

²Parcela corrigida segundo previsão do IGP - Índice Geral de Preços.

Porém, o raio de alcance da proposta que ora procura-se apresentar, pretende circunscrever, além da sugestão da Região-Programa de Linhares, duas outras - Colatina e Nova Venécia -, para os quais seriam elaborados PDRI's sem maiores ônus financeiros, devido a simultaneidade possível das respectivas fases de elaboração, demonstrada no cronograma físico a seguir.

CRONOGRAMA FÍSICO

DISCRIMINAÇÃO	ANO MÊS	1982								
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
1. Coleta e Sistematização de Informações Secundárias		-----								
2. Elaboração de <i>Documento Preliminar de Trabalho</i> e Preparação de Viagem			-----							
3. Viagem - Pesquisa				-----						
4. 4.1. Sistematização das Informações Obtidas na <i>Viagem</i> e Reavaliação Sucinta do <i>Documento Preliminar de Trabalho</i>					-----					
4.2. Preparação de Plano de Curto Prazo e Triagem dos Projetos						-----				
5. Elaboração de <i>Documento Analítico da Região-Programa</i> e Proposição de um Programa de Médio e Longo Prazos								-----	-----	-----

LEGENDA:

- Linhares
- Colatina e Nova Venécia

Entrega do PDRI - Curto Prazo de Linhares

Entrega do PDRI - Curto Prazo de Colatina e Nova Venécia

Entrega dos PDRI's de Médio e Longo Prazos - Linhares, Colatina e N. Venécia

O PDRI - Região Linhares, mantendo o prazo previsto, seria entregue no mês de setembro. Contudo, com a equipe disponível (ver quadro em anexo) e o seu *Know-How* poder-se-ia desenvolver, concomitantemente ao PDRI já previsto no Convênio - *economia de planejamento* - tendo como esteio os pressupostos metodológicos firmados no item 4, os das Regiões de Colatina e Nova Venécia pelas similitudes de sua formação econômico-social, assim subdivididos:

- a) PDRI's - curto prazo - de Colatina e Nova Venécia no mês de outubro;
- b) PDRI's - médio e longo prazo - de Linhares, Colatina e Nova Venécia no mês de dezembro.

Em resumo, dilatados em três meses o prazo previsto para o de Linhares, seriam feitos dois outros PDRI's - Colatina e Nova Venécia. Certamente estas alterações propostas, no caso de serem aceitas, levarão a uma reformulação do Convênio GERES/IJSN, e para subsidiá-la apresentamos os quadros a seguir, que retratam o cronograma financeiro e a especificação de usos e fontes. É bom frisar que levou-se em conta o esquema e as condições de liberação de recursos constantes da Cláusula Quinta do referido Convênio, porêm adequando os valores a possíveis fontes alternativas para captá-los, o que requer um tempo para a sua efetiva viabilização.

QUADRO DE USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

(SET/81 A DEZ/82)

(Cr\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR SET/81-JUN/82	VALOR JUL/82-OUT/82	VALOR NOV/82-DEZ/82	TOTAL
PESSOAL	<u>19.276.939</u>	<u>13.814.974*</u>	<u>7.077.487</u>	<u>40.169.400</u>
. CLT	8.193.972	5.688.294	2.844.147	16.726.413
. Prestação de Serviços	9.973.386	7.262.212**	3.801.106**	21.036.704
. Estagiários	1.109.581	864.468	432.234	2.406.283
CUSTOS C/VIAGEM	<u>543.334</u>	<u>589.410</u>	<u>150.000</u>	<u>1.282.744</u>
OUTROS GASTOS	<u>589.417</u>	<u>460.000</u>	<u>390.000</u>	<u>1.439.417</u>
. Material de consumo	220.000	150.000	100.000	470.000
. Xerox	289.417	190.000	160.000	639.417
. Heliográficas	80.000	120.000	130.000	330.000
TOTAL	20.409.690	14.864.384	7.617.487	42.891.561

*Com reajuste de 50% em relação ao salário de jun/82.

**Incluindo 2 consultores.

QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

FONTE	NA ASSINATURA DO CONTRATO SET/81	NA ENTREGA DO 1º PDRI JUN/82	NA ENTREGA DO 2º, 3º e 4º PDRI OUT/82	NA ENTREGA DO DOCUMENTO FINAL DOS 3 ÚLTIMOS PDRI's DEZ/82	TOTAL	%
GERES	3.500.00* ¹	8.500.000	4.000.000	1.000.000	14.000.00	33
Recursos a Captar	-	-	15.000.000	5.000.000	20.000.00	46
IJSN	1.479.630	2.930.060	2.864.384	1.617.487	8.891.561	21
TOTAL	4.979.630	8.430.060	21.864.384	7.617.487	42891.561	100

*¹Parcela liberada e, Set/81.

5. PROPOSTAS ESPECÍFICAS DE TRABALHO

5.1. REGIÃO-PROGRAMA LINHARES REGIÕES-PROGRAMAS COLATINA, NOVA VENÉCIA

Para o estabelecimento das propostas específicas de trabalho referentes as Regiões-Programas de Linhares, Colatina, Nova Venécia, torna-se de fundamental importância reportar-se ao Convênio de Cooperação Financeira firmado entre o GERES e o IJSN, com a interveniência do BANDES, para a elaboração de Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados (PDRI's).

Iniciando-se pela cláusula segunda - DO PRAZO -, o citado Convênio estipula o tempo de 12 (doze) meses para a elaboração do PDRI da região-programa de Cachoeiro de Itapemirim e o de outra região-programa, a ser eleita em comum acordo pelas partes convenientes, a partir da data de assinatura de tal Convênio, aqui considerada como o mês de julho de 1981. Entretanto, o rearranjo do IJSN em função das alterações ocorridas no Sistema Estadual de Planejamento, com a regulamentação da Coordenação Estadual do Planejamento, e a complementação da equipe de trabalho, levaram a que a 1ª parcela de liberação dos recursos - prevista para imediatamente após a assinatura deste Convênio - só se concretizasse no mês de setembro de 1981.

Além disto, há que se incorporar os percalços passados pela equipe, frente aos desafios da formulação e aprimoramento dos pressupostos metodológicos e do roteiro de trabalho, expostos no Termo de Referência - Anexo I do referido Convênio, e também a *viagem-pesquisa* piloto a Região-Programa V, pelas arestas surgidas por ocasião da sistematização e discussão dos dados coligidos. Em particular, a tentativa de adequação das diversas fontes de informações precipitou inúmeros problemas, cuja solução demandou *paradas* frequentes no estágio de interação dos dados da viagem com os *oficiais* (Censos, etc).

Quanto ao aprimoramento dos pressupostos metodológicos, pode-se citar a noção de *complexo* (detalhada no subitem 4.1.1.), conceito este fruto das *paradas* citadas anteriormente.

Se de um lado a equipe conseguiu, fruto deste processo, reforçar e forjar um fio condutor para o planejamento regional, a contrapartida, ou seja o outro lado, necessário para tanto pode ser sintetizada, dentre outros aspectos, numa ampliação do tempo previsto para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região-Programa V. Embora o Convênio GERES/IJSN não especificasse um limite temporal específico para a entrega de cada um dos dois PDRI's, o IJSN subdividiu o prazo - 12 meses - da seguinte forma:

- a) 08 (oito) meses para elaboração da metodologia e do PDRI/Região-Programa V;
- b) 04 (quatro) meses para elaboração do PDRI/Região-Programa a ser definida, conforme Convênio.

Mas ao tomarmos o tempo efetivamente dispendido para desenvolver a tarefa constante da letra - a -, constata-se que a previsão foi ultrapassada em dois meses, tendo em vista que o PDRI - Região-Programa V será entregue no mês de junho.

No decorrer dos 08 (oito) meses, foram gastos Cr\$ 20.409.690,00, discriminados no quadro a seguir, em parte devido ao índice inflacionário do período considerado e dos reajustes salariais, não previstos por ocasião do Termo de Referência anterior.

QUADRO I

DESPESAS PDRI - REGIÃO-PROGRAMA V (SET/81 - JUN/82)

(Cr\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL ATÉ ABR/82	VALOR MAI-JUN/82	TOTAL
PESSOAL	15.046.722	4.230.216	19.276.938
. CLT	6.444.962	1.749.010	8.193.972
. Prestação de Serviços	7.739.169	2.234.216	9.973.385
. Estagiários	862.591	246.990	1.109.581
GASTOS COM VIAGEM	463.334	80.000*	543.334
OUTROS CUSTOS	589.418	-	589.418
. Material de Consumo	220.000	-	220.000
. Xerox	289.418	-	289.418
. Heliográficas	80.000	-	80.000
TOTAL	16.099.474	4.310.216	20.409.690

*Valores estimados.

Pode-se notar que tais gastos, sō para o PDRI da Região-Programa V, ul trapassaram em Cr\$ 4.470.800,00 o montante geral estipulado pelo Convēnio GERES/IJSN.

Antes de enveredarmos no detalhamento da sobrecarga financeira decorrente da defasagem temporal no cronograma físico, hã que se colocar, fruto do saldo qualitativo apropriado pela equipe para e durante a elaboração do 1º PDRI, uma proposta que vã além da sugestão da Região-Programa para o próximo PDRI - Linhares -, em função das transformações que vem passando pela implantação do PROÁLCOOL e de Projetos de Reflorestamento. Se a proposta continuasse restrita a esta Região, caso seja escolhida em comum acordo, o montante geral seria suplantado em Cr\$ 15.841.005,00 conforme quadro a seguir, dentro do prazo previsto de 12 meses.

QUADRO II

QUADRO DE USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE LINHARES

(Cr\$ 1,00)	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR - JUL/82 - Set/82
PESSOAL	10.786.231
. CLT	4.266.221
. Prestação de Serviços	5.871.659
. Estagiários	648.351
GASTOS COM VIAGEM	193.974
OUTROS CUSTOS	390.000
. Material de Consumo	120.000
. Xerox	170.000
. Heliográficas	100.000
TOTAL	11.370.205

Esta atualização dos custos do PDRI da *região a ser eleita em comum acordo* levam a *correção* proposta, sintetizada no quadro a seguir, de *alteração* do quadro de fontes e do cronograma de desembolso, em função dos gastos já efetuados pelo IJSN por ocasião da feitura do da Região-Programa V.

QUADRO III

QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 2 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

FORTE	NA ASSINATURA DO CONVÊNIO - SET/81	NA ENTREGA DO 1º PDRI JUN/82	NA ENTREGA DO 2º PDRI SET/82	TOTAL	%
GERES	3.500.000 ¹	12.500.000 ²	9.000.000 ²	25.000,000	80
IJSN	1.479.630	2.930.060	2.370.205	6.779.895	20
TOTAL	4.979.630	15.430.060	11.370.205	31.779.895	100

¹Parcela liberada em Set/81.

²Parcela corrigida segundo previsão do IGP - Índice Geral de Preços.

Porém, o raio de alcance da proposta que ora procura-se apresentar, pretende circunscrever, além da sugestão da Região-Programa de Linhares, duas outras - Colatina e Nova Venécia -, para os quais seriam elaborados PDRI's sem maiores ônus financeiros, devido a simultaneidade possível das respectivas fases de elaboração, demonstrada no cronograma físico a seguir.

CRONOGRAMA FÍSICO

DISCRIMINAÇÃO	ANO MÊS	1982							
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
1. Coleta e Sistematização de Informações Secundárias			-----						
2. Elaboração de <i>Documento Preliminar de Trabalho</i> e Preparação de Viagem			-----	-----					
3. Viagem - Pesquisa				-----	-----				
4. 4.1. Sistematização das Informações Obtidas na <i>Viagem</i> e Reavaliação Sucinta do <i>Documento Preliminar de Trabalho</i>					-----	-----			
4.2. Preparação de Plano de Curto Prazo e Triagem dos Projetos						-----	-----		
5. Elaboração de <i>Documento Analítico da Região-Programa</i> e Proposição de um Programa de Médio e Longo Prazos								-----	-----

LEGENDA:

----- Linhares
 ----- Colatina e Nova Venécia

Entrega do PDRI - Curto Prazo de Linhares
 Entrega do PDRI - Curto Prazo de Colatina e Nova Venécia
 Entrega dos PDRI's de Médio e Longo Prazos - Linhares, Colatina e N. Venécia

O PDRI - Região Linhares, mantendo o prazo previsto, seria entregue no mês de setembro. Contudo, com a equipe disponível (ver quadro em anexo) e o seu *Know-How* poder-se-ia desenvolver, concomitantemente ao PDRI já previsto no Convênio - *economia de planejamento* - tendo como esteio os pressupostos metodológicos firmados no item 4, os das Regiões de Colatina e Nova Venécia pelas similitudes de sua formação econômico-social, as sim subdivididos:

- a) PDRI's - curto prazo - de Colatina e Nova Venécia no mês de outubro;
- b) PDRI's - médio e longo prazo - de Linhares, Colatina e Nova Venécia no mês de dezembro.

Em resumo, dilatados em três meses o prazo previsto para o de Linhares, seriam feitos dois outros PDRI's - Colatina e Nova Venécia. Certamente estas alterações propostas, no caso de serem aceitas, levarão a uma re formulação do Convênio GERES/IJSN, e para subsidiá-la apresentamos os quadros a seguir, que retratam o cronograma financeiro e a especificação de usos e fontes. É bom frisar que levou-se em conta o esquema e as condições de liberação de recursos constantes da Cláusula Quinta do referido Convênio, porém adequando os valores a possíveis fontes alternati vas para captá-los, o que requer um tempo para a sua efetiva viabiliza ção.

QUADRO DE USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

(SET/81 A DEZ/82)

(Cr\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR SET/81-JUN/82	VALOR JUL/82-OUT/82	VALOR NOV/82-DEZ/82	TOTAL
PESSOAL	<u>19.276.939</u>	<u>13.814.974*</u>	<u>7.077.487</u>	<u>40.169.400</u>
. CLT	8.193.972	5.688.294	2.844.147	16.726.413
. Prestação de Serviços	9.973.386	7.262.212**	3.801.106**	21.036.704
. Estagiários	1.109.581	864.468	432.234	2.406.283
CUSTOS C/VIAGEM	<u>543.334</u>	<u>589.410</u>	<u>150.000</u>	<u>1.282.744</u>
OUTROS GASTOS	<u>589.417</u>	<u>460.000</u>	<u>390.000</u>	<u>1.439.417</u>
. Material de consumo	220.000	150.000	100.000	470.000
. Xerox	289.417	190.000	160.000	639.417
. Heliográficas	80.000	120.000	130.000	330.000
TOTAL	20.409.690	14.864.384	7.617.487	42.891.561

*Com reajuste de 50% em relação ao salário de jun/82.

**Incluindo 2 consultores.

QUADRO DE FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE 4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

FONTE	NA ASSINATURA DO CONTRATO SET/81	NA ENTREGA DO 1º PDRI JUN/82	NA ENTREGA DO 2º, 3º e 4º PDRI OUT/82	NA ENTREGA DO DOCUMENTO FINAL DOS 3 ÚLTIMOS PDRI's DEZ/82	TOTAL	%
GERES	3.500.00* ¹	8.500.000	4.000.000	1.000.000	14.000.00	33
Recursos a Captar	-	-	15.000.000	5.000.000	20.000.00	46
IJSN	1.479.630	2.930.060	2.864.384	1.617.487	8.891.561	21
TOTAL	4.979.630	8.430.060	21.864.384	7.617.487	42891.561	100

*¹Parcela liberada e, Set/81.

Traduzindo em termos de custos, a elaboração de dois PDRI's - Colatina e Nova Venécia -, não integrantes do Convênio GERES/IJSN, adicionam de Cr\$ 11.111.666,00 (Onze milhões, cento e onze mil, seiscentos e sessenta seis cruzeiros), o valor necessário sō para o de Linhares!

ANEXO

EQUIPE TÉCNICA

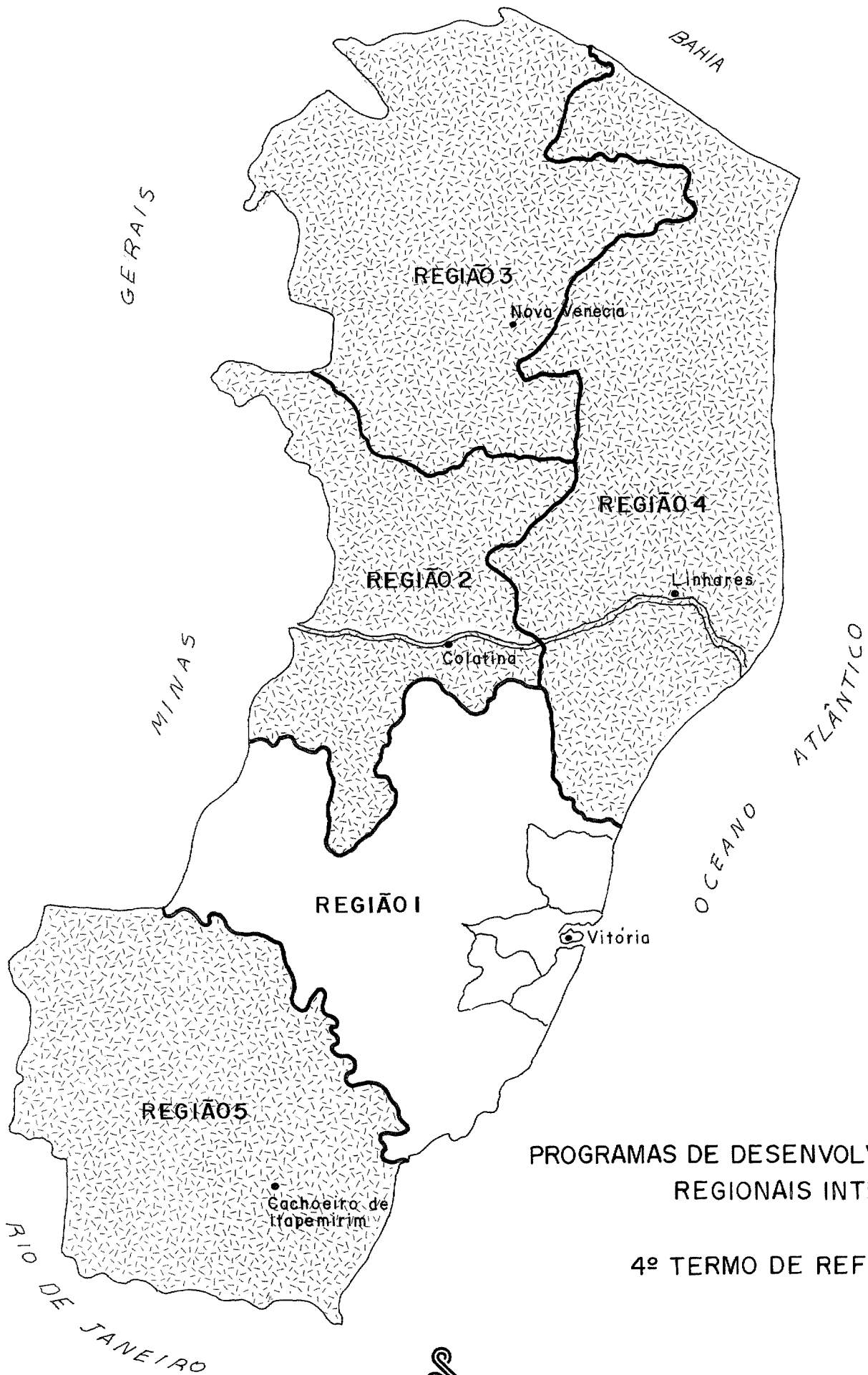
TÉCNICO	ESPECIALIZAÇÃO	REGIME
. Orlando Caliman	Economista	Parcial
. Ângela Maria Morandi	Economista	Integral
. Roberto Garcia Simões	Engenheiro-Urbanis_ ta	Integral
. Pedro José Mansur	Economista	Integral
. José Saade	Geógrafo	Integral
. Sônia Maria Dalcomuni	Economista	Integral
. Carlos Teixeira	Engenheiro-Urbanista	Integral
. Bastiaan Ph. Reydon	Economista	Integral
. Renato Gama	Economista	Integral
. Marcelo C. Santiago	Economista	Integral
. Isabel dos Santos	Agrônoma	Integral
. Yara Paiva	Desenhista	Integral
. Antonio Celso Rodrigues	Demógrafo-R. Admi_ nistrativo	Parcial
. Augusto Fraga Gobbi	Acadêmico	Integral
. Zelmar	Acadêmico	Integral
. Luiz Carlos A. Lima	Acadêmico	Integral
. Heloisa Lima Herkenhoff	Acadêmico	Integral
. Rosemay Bebbler Grigato	Acadêmico	Integral
. Tânia Crivilin	Acadêmico	Integral
. Estagiário	Acadêmico	Integral
. Estagiário	Acadêmico	Integral

I. MAPEAMENTO

1. Tomar conhecimento do que foi feito:
 - . Conhecer e discutir os critérios de mapeamento utilizados.
 - . Discurso geral sobre a produção agropecuária municipal.
2. Remapeamento (Mapa Colorido. Carta do Brasil)
 - . Reconhecimento do espaço (estradas, núcleos, etc)
 - . Delimitar comunidades (linha contínua a lápis)
 - . Elaborar lista das comunidades (dar um nº para cada uma)
 - . Marcar cultura (linhas tracejadas):
 - . Principais (geram mais valor) (P)
 - . Secundárias (S)
 - . Embrionárias (E) Potenciais (PT)
 - . Lista de culturas incentivadas pelo GERES (verificar se estas culturas existem e marcar no mapa).

II. VISÃO GERAL DO MAPA

1. Exame do mapa
2. Listar as culturas marcadas para uso posterior no questionário
3. Ver mapas de Uso da Terra, por setores censitários (para conferir).



PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAIS INTEGRADOS

4º TERMO DE REFERÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS

4º TERMO DE REFERÊNCIA

OUTUBRO/1983

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. UMA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS (PDRI's)	6
2. PROPOSTAS DE TRABALHO	10
2.1. REGIÃO-PROGRAMA I (VITÓRIA)	11
2.2. PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PEDI).	17

APRESENTAÇÃO

Tendo em vista a presente entrega dos *Relatórios Preliminares* das Regiões-Programas III e IV (Nova Venécia e Linhares), depara-se com a necessidade de concluir o processo, em curso, de levantamento e análise da realidade regional do Estado do Espírito Santo, colocando-se, ao mesmo tempo, a importância de uma redefinição no convênio celebrado entre o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), vinculado à elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados, no sentido de readequá-los às condições concretas que hoje limitam a possível efetivação de um processo contínuo de planejamento regional no Estado do Espírito Santo.

Com a conclusão desses 2 (dois) *Relatórios Preliminares*, completa-se a tarefa de elaboração dos Estudos Básicos para 4 (quatro) das 5 (cinco) Regiões-Programas do Espírito Santo, uma vez que já foram entregues ao GERES os relatórios referentes às Regiões-Programas V e II (Cachoeiro de Itapemirim e Colatina), respectivamente em junho/82 e janeiro/83.

Durante o período de vigência do citado convênio, problemas de ordem institucional e metodológica afetaram o cumprimento do cronograma proposto, onde se destacam o rearranjo do IJSN em função das alterações ocorridas no Sistema Estadual de Planejamento e o atraso na complementação da equipe de trabalho, além dos percalços pelos quais esta passou frente à tarefa de redefinição metodológica e sua instrumentalização. Entretanto, também foram elaborados, nesse mesmo período, 1 (um) Plano Operativo de Curto Prazo para a Região-Programa V (Cachoeiro de Itapemirim), relatórios regionais sintetizados a partir dos diagnósticos de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, e uma série de relatórios municipais, sub-produto que não consta no convênio, ao que se deve incorporar o expressivo avanço obtido na metodologia e prática de pesquisa ao nível do planejamento regional.

Nesse sentido, no momento do esgotamento do referido convênio, procura-se esboçar uma estratégia que propicie a sua continuidade, na qual se coloca uma proposta de trabalho que na realidade se divide em duas:

- a) Elaboração do diagnóstico da Região-Programa I (Vitória), onde se incluiria um tratamento específico das articulações da aglomeração urbana da Grande Vitória com a Região em destaque e demais Regiões-Programas do Estado;
- b) Elaboração de um estudo convergente de todas as Regiões-Programas, com o estabelecimento de uma regionalização econômica estadual e a consequente formulação de políticas e linhas gerais de ação para cada região específica.

Dessa forma, este documento começa com uma avaliação do desenrolar efetivo dessa singular experiência de planejamento regional apoiada pelo GERES, onde se considera as perspectivas para um trabalho dessa natureza, chegando-se a propor algumas correções na estratégia inicialmente adotada, à luz da atual conjuntura sócio-econômica e política.

Na segunda parte, procura-se apresentar e detalhar as propostas de trabalho, sendo que cada uma aparece acompanhada de uma listagem das despesas a serem efetuadas, de um cronograma de trabalho, das fontes e cronograma de desembolso, além da equipe de trabalho.

I. UMA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS INTEGRADOS (PDRI'S)

No 1º termo de referência (maio/81), em que o IJSN propunha ao GERES a elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regionais Integrados (PDRI's), situava-se o planejamento regional na estrutura do poder público estadual, identificando-se enquanto uma de suas funções, a de proporcionar uma maior integração entre os órgãos envolvidos na execução das políticas de intervenção estatal.

Naquele momento, colocava-se como causa principal da não viabilização dos planos governamentais, os problemas de ordem política e institucional que se manifestavam, de forma mais evidente, através da não articulação inter-órgãos estaduais setoriais e inter-níveis de governo (federal, estadual, municipal).

Nesse sentido, os PDRI's visavam uma compatibilização dos objetivos e ações dos vários órgãos setoriais na área de abrangência do desenvolvimento regional. Para tanto, o trabalho se subdiviria nas fases de elaboração dos Estudos Básicos e do Plano, propriamente dito.

Acontece que novamente não se efetivou, na prática, a faceta planejamento de um trabalho dessa natureza. A experiência resultante da elaboração do Plano Operativo de Curto Prazo para a Região-Programa V (Cachoeiro de Itapemirim), demonstrou que Planos de Desenvolvimento Integrados não podem ser efetivados sem um real comprometimento dos órgãos envolvidos em sua execução, o que implica num necessário trabalho de coordenação por parte do Governo do Estado, e seu órgão competente (COPLAN), o qual pressupõe uma ação conjunta aos órgãos federais com atuação no Espírito Santo.

Por outro lado, a atual escassez de recursos ligados a fontes extra-orçamentários do Governo Federal, também constitui-se em fator determinante do fracasso do Plano Operativo de Cachoeiro de Itapemirim que, apesar de conter uma série de proposições para uma intervenção integrada, não re

sultou em qualquer aplicação de recursos, sendo finalmente *engavetado*.

O mesmo fim não tiveram os relatórios de levantamento e análise da realidade, elaborados na fase de Estudos Básicos dos PDRI's. Os relatórios regionais de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina (Regiões-Programas V e II) tiveram uma aceitação tão significativa que levaram a um desdobramento desse trabalho, na forma de Relatórios-Síntese dos diagnósticos regionais e Relatórios Municipais.

Estes relatórios são de mais fácil divulgação e apresentam um complementaridade, uma vez que a leitura de ambos proporciona uma visão aprofundada da realidade sócio-econômica específica de cada município, conjugada à visão de sua inserção no contexto regional. Vale ressaltar que os Relatórios Municipais constituíam-se, inicialmente, em instrumento-meio para a sistematização de informações e análise de âmbito municipal com vistas à elaboração do diagnóstico regional. No entanto, a demanda por esses relatórios torna necessária a sua elaboração final e edição.

Sem sombra de dúvida, a aceitação desses diagnósticos tem a ver com a necessidade de conhecimento da realidade sobre a qual vai se intervir, destacando-se o caráter da metodologia adotada que, enfocando a produção e as formas específicas de organização econômica e social dos diversos tipos de unidades produtivas, propicia uma visão mais próxima e global dos problemas de cada localidade e de cada agente social da produção.

Embora o único plano até agora elaborado, neste convênio, tenha resultado em fracasso, a equipe de trabalho do PDRI tem atuado de forma importante ao nível do planejamento, no seu trabalho cotidiano. Tal prática vem se dando através da assessoria prestada a alguns órgãos do Governo Estadual, principalmente à Coordenadoria de Planejamento (COPLAN), Secretaria de Interior e Transporte (SEIT) e Secretaria de Agricultura (SEAG), onde se destaca o intercâmbio com a EMATER e o ICEPA, Empresas vinculadas à SEAG. A frequente solicitação de intercâmbio com a equipe do PDRI, está relacionada ao conhecimento da realidade estadual obtido a partir da tarefa de pesquisa sócio-econômica, para o que muito contribuiu a metodologia e o enfoque adotados.

Vale ressaltar que esses contatos não visam apenas a formulação e implementação de políticas estaduais, mas também a implementação de programas federais no Espírito Santo, não são através dos órgãos já mencionados, como também de entidades federais, onde se destaca a consulta de agentes do Banco Nacional de Habitação (BNH) com vistas à aplicação de recursos para Habitação Rural.

Acredita-se que, de alguma forma, os PDRI's possam se constituir no embrião de um planejamento mais dinâmico, onde o trabalho de estudo e pesquisa não esteja descolado da intervenção e o planejamento seja encarado como um processo em que todas as fases, do diagnóstico à execução das políticas, sejam incorporadas num único movimento, integrado e contínuo.

Atualmente, observa-se que ao mesmo tempo em que o setor público estadual carece de uma estrutura que possa integrar o planejamento setorial, as próprias secretarias do Governo do Estado se debatem contra os problemas advindos da inexistência de uma boa estrutura interna voltada para a elaboração e consecução de seus objetivos específicos.

Com isto, abre-se um novo espaço para a atuação de uma equipe que conjugue o trabalho de pesquisa ao de elaboração da intervenção. Esse espaço surge, não só a partir da ação setorial, como também das ações conjuntas de diversas secretarias e outros órgãos do Governo Estadual e Federal.

Nesse sentido, uma maior integração e coordenação da intervenção governamental deve passar pela indicação de caminhos e não por sua imposição que torna-se inviável com a relativa autonomia dos diretores órgãos. Esse planejamento deve ser meramente indicativo, onde, com a participação das diversas entidades representativas da esfera governamental e da sociedade civil, traçam-se as linhas gerais de ação a serem seguidas pelos diferentes setores do Estado em seu trabalho cotidiano.

Dessa forma, a experiência do PDRI's poderia se transformar no embrião de um grupo de trabalho que sistematizasse e ajustasse, permanentemente, de acordo com o processo mencionado no parágrafo anterior, essas linhas de ação, voltando-se mais para esse trabalho de integração e limitando-

se ã esfera das alternativas de política, em detrimento da elaboração da execução, propriamente dita.

2.

PROPOSTAS DE TRABALHO

A proposta de trabalho a ser explicitada, na realidade constitui-se em uma única proposta que pode ser subdividida em duas, para efeito da captação dos recursos. Antes da colocação dessas propostas, torna-se de fundamental importância reportar-se ao Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Financeira celebrado entre o GERES e o IJSN, com a intervenção do BANDES, para a elaboração dos PDRI's.

Naquele Termo Aditivo, o IJSN se comprometia a elaborar, além dos documentos já relacionados no convênio original, os Diagnósticos de mais 2 (duas) Regiões-Programas e um Plano Operativo para as Regiões-Programas de Linhares, Colatina e Nova Venécia, além de um escopo do Diagnóstico da Região de Vitória.

Tendo em vista que os recursos oriundos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), no montante de Cr\$ 20.000.000,00, não foram liberados, e levando em consideração a provável ineficácia do Plano Operativo das 3 (três) Regiões-Programas mencionadas, propõe-se que esse Plano Operativo seja substituído por 38 Relatórios Municipais, referentes às 4 (quatro) Regiões já trabalhadas, concluindo o convênio em vigência. Por outro lado, como a liberação desses Relatórios depende de alguns poucos acertos finais, necessitasse de, no máximo, 1 mês para sua entrega, período que poderia ser incluído no cronograma da proposta para elaboração do Diagnóstico da Região-Programa I, uma vez que se coloca uma possível simultaneidade de tarefas nesse cronograma.

Dito isto, passa-se agora à explicitação das propostas específicas de elaboração do Relatório Preliminar (Diagnóstico) da Região-Programa I (Vitória) e do Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado.

2.1. REGIÃO-PROGRAMA I (VITÓRIA)

Inicialmente, cabe lembrar que esta Região é a última a ser trabalhada isoladamente nesta série dos PDRI's. Tal fato não constitui-se em obra do acaso, mas tem a ver com a existência de um importante fator complicador em sua análise, o qual consiste da inserção do urbano metropolitano da Grande Vitória, núcleo polarizador estadual, na área de sua abrangência.

Com isto, esta Região requisitará um tratamento analítico permeado pelos pressupostos metodológicos já expostos nos outros Termos de Referência, mas ao mesmo tempo diferenciado pelas características e diversidades do seu perfil produtivo, e conseqüentemente dos desdobramentos daí advindos. Vale lembrar, também, que por conter o núcleo polarizador estadual, e levando-se em conta o conjunto dos trabalhos que já foram desenvolvidos para os demais subespaços, a Região-Programa I propicia os passos iniciais para a apreensão da dinâmica que perpassa as articulações endógenas e exógenas das Regiões estudadas.

Dessa forma, a estratégia adotada consiste em trabalhar o meio rural da Região, segundo a mesma metodologia aplicada aos outros diagnósticos, dando um tratamento ao urbano da Grande Vitória que se restringiria aos aspectos relevantes de sua articulação com o meio rural da Região I, de outras Regiões do Estado e até mesmo de áreas externas aos seus limites.

Esses *aspectos relevantes* seriam apenas apontados e trabalhados sem maior detalhamento, podendo incluir uma série de questões, tais como: o abastecimento alimentar de Vitória e a constituição do mercado para esta produção; o comércio, a exportação e o beneficiamento de produtos agropecuários em Vitória; a indústria, os grandes projetos e seus reflexos no meio rural, principalmente no que diz respeito às características de seu mercado de trabalho e ao fluxo rural-urbano de mão-de-obra; a especulação imobiliária, principalmente na Grande Vitória, e a transformação de terra rural em terra urbana, etc...

Tendo em vista a experiência acumulada nos diagnósticos passados, o cronograma atual deverá seguir as mesmas fases de elaboração anteriores, ressaltando-se, no entanto, a inclusão da tarefa de levantamento das possíveis articulações entre a Grande Vitória e a área rural da Região I, e outras Regiões, onde se inclui um trabalho analítico acerca dos tais aspectos relevantes. Esta última tarefa deverá durar cerca de 2 meses e meio, caracterizando-se, enquanto um trabalho de agregação de informações e análises, uma vez que já existe muito material coletado e sistematizado pelos projetos da área de estudos urbanos do IJSN.

O cronograma do PDRI da Região-Programa I deverá se estender por 9 (nove) meses, dividindo-se em 7 (sete) etapas, onde se acresce a etapa referente à elaboração e edição final dos Relatórios Municipais das Regiões-Programas II, III, IV e V. De acordo com o cronograma físico, exposto na página seguinte, deverá se efetivar a entrega de 3 (três) produtos nesse período, quais sejam: 38 Relatórios Municipais das Regiões-Programas II, III, IV e V em fins de novembro/83, 9 Relatórios Municipais da Região-Programa I em meados de abril/84 e 1 Relatório Preliminar (Diagnóstico) da Região I no final de julho/84.

O custo total referente à elaboração desse PDRI, remonta aos Cr\$ 97.161.100,00. Propõe-se que o GERES participe com Cr\$ 32.387.000,00, referentes a 33,3% dos recursos necessários à sua realização, entrando o Governo do Estado com a contrapartida de Cr\$ 64.774.000,00, o que perfaz 66,7% daquele total. Os desembolsos seriam efetuados quando da entrega dos 3 produtos anteriormente mencionados, em parcelas correspondentes a 30,30 e 40%, respectivamente, do total estimulado.

Os Quadros a seguir, apresentam os usos necessários à realização do PDRI da Região I e sua discriminação, as fontes e o cronograma de desembolso e a equipe técnica necessária ao desenrolar do trabalho.

CRONOGRAMA FÍSICO PARA REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO-PROGRAMA I

DISCRIMINAÇÃO	ANO	1983		1984						
	MES	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL
1. Elaboração final e edição dos Relatórios Municipais.										
2. Coleta e sistematização de informações secundárias.										
3. Levantamento das possíveis articulações entre a Grande Vitória e a área rural da Região-Programa I										
4. Preparação da viagem e viagem-pesquisa.										
5. Sistematização das informações de viagem e elaboração de Relatórios Municipais e sua edição.										
6. Discussão e elaboração final do Relatório Preliminar da Região-Programa I.										
7. Edição do Relatório Preliminar.										

↑ Entrega dos 38 Relatórios Municipais das Regiões-Programa II, III, IV, V

↑ Entrega dos Relatórios Municipais da Região-Programa I.

↑ Entrega do diagnóstico da Região-Programa II.

QUADRO 2.1.1

USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO-PROGRAMA I

(Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	NOV/DEZ 1983	JAN/JUN 1984	JULHO 1984	TOTAL
PESSOAL ¹	<u>14.338,9</u>	<u>64.701,8</u>	<u>14.217,4</u>	<u>93.258,1</u>
- CLT	13.306,7	60.423,0	13.192,4	86.922,1
- Estagiários	832,2	3.778,8	825,0	5.436,0
- Despesas variáveis com pessoal (diárias de consultores e técnicos)	200,0	500,0	200,0	900,0
MATERIAL DE CONSUMO	<u>34,7</u>	<u>183,1</u>	<u>17,4</u>	<u>235,2</u>
- Artigos de expediente	34,7	104,2	17,4	156,3
- Combustível	-	78,9	-	78,9
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	<u>873,0</u>	<u>2.271,3</u>	<u>523,5</u>	<u>3.667,8</u>
- Passagens aéreas	173,9	173,9	173,9	521,7
- Xerox	339,1	1.017,4	169,6	1.526,1
- Cópias Heliográficas	360,0	1.080,0	180,0	1.620,0
TOTAL	<u>15.246,6</u>	<u>67.156,2</u>	<u>14.758,3</u>	<u>97.161,1</u>

¹Para o cálculo dos dados referentes a pessoal (CLT e estagiários) foi considerado um reajuste salarial em janeiro de 1984 e outro em julho de 1984. No primeiro caso usou-se o INPC estimado para dezembro de 1983 (51,36%) e no segundo caso foi feita uma estimativa considerando uma inflação para o ano de 1984 em 120% e um INPC de 96%; neste caso o índice de reajuste salarial nos seis meses (janeiro/junho de 1984) foi de 31%, levando-se em conta o percentual de 80% sobre o INPC estimado para 1984.

QUADRO 2.1.2

FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO-PROGRAMA I

(Cr\$ 1.000,00)

FONTES	NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS MU NICIPAIS DAS REGIÕES-PROGRA MA II, III, IV E V (NOV/83)	NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS MU NICIPAIS DA REGIÃO - PROGRA MA I (ABR/84)	NA ENTREGA DO DIAGNÓSTICO DA REGIÃO-PRO GRAMA I (JUL/84)	TOTAL	%
GERES	9.716,1	9.716,1	12.954,8	32.387,0	33,3
Governo do Estado do Espírito Santo	19.432,2	19.432,2	25.909,6	64.774,0	66,7
TOTAL	29.148,3	29.148,3	38.864,4	97.161,0	100,0

EQUIPE TÉCNICA

ESPECIFICAÇÃO	NÚMEROS
. Economistas	3
. Engenheiro-Urbanista	2
. Sociólogo	1
. Antropólogo	1
. Economista com especialização em desenvolvimento agrícola	2
. Técnico em especialização em saúde e educação	1
. Geógrafo	1
. Historiador	1
. Auxiliar Técnico com formação em economia regional	2
. Desenhistas	2
. Estagiários	6
TOTAL	22

2.2. PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (P.E.D.I.)

O Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado constitui-se no trabalho de encerramento desta série de PDRI's. Terminada a fase dos diagnósticos das 5 (cinco) Regiões-Programas do Espírito Santo, constata-se que a atual regionalização político-administrativa do Estado obscurece a real conformação econômica do espaço capixaba, ofuscando, conseqüentemente, o caráter das relações existentes em cada um de seus subespaços econômicos específicos, e as relações inter-regionais, ou seja, a divisão de trabalho inter e intra-regional.

De posse das indicações primeiras apontadas para cada Região-Programa, pode-se caminhar em direção a uma visão globalizante da estrutura produtiva do Estado do Espírito Santo, destacando-se a conformação de seus subespaços homogêneos.

Desse modo, a formulação do P.E.D.I tem início com a elaboração de uma proposta de regionalização econômica estadual, que em seu bojo traz uma sistematização das características e principais questões envolvidas em cada Região, assim como de suas articulações.

A elaboração do P.E.D.I, propriamente dito, constitui-se na etapa final dos PDRI's. Nesta fase do trabalho pretende-se esboçar as linhas de ação prioritárias para cada região econômica específica, sem descer, no entanto, ao nível de detalhamento dos projetos. A elaboração do P.E.D.I. logo após o encerramento dos diagnósticos regionais, é de fundamental importância para a efetivação e consolidação de um processo contínuo, dinâmico e integrado de planejamento, uma vez que aqueles diagnósticos têm um caráter estático, apresentando um limite temporal relativamente estreito quanto à sua utilização. O P.E.D.I. deverá mostrar a necessidade de uma reavaliação contínua e periódica dos diagnósticos, tarefa que pode ser realizada pelos próprios órgãos envolvidos na execução da intervenção, tais como: EMATER, Prefeituras, Bancos Oficiais, etc.

Mas o estabelecimento das linhas gerais de ação para cada uma das regiões econômicas, deve passar por um processo de legitimação que leve à sua efetiva aplicabilidade. Nesse sentido, acredita-se que estas devem ser gestadas a partir de uma discussão ampla que conte com a participação de órgãos governamentais e entidades representativas da sociedade civil. Essa discussão poderá ser travada em um seminário que agregue as diferentes entidades, cujo resultado será sistematizado e encaminhado na forma do P.E.D.I.

Portanto, de acordo com o cronograma físico do P.E.D.I, serão entregues 2 (dois) produtos durante um período de 6 (seis) meses, quais sejam:

- Relatório Parcial contendo uma proposta de regionalização econômica estadual, o perfil produtivo do Estado e de suas regiões econômicas, em fins de novembro de 1984;
- Plano Estadual de Desenvolvimento Integrado, no final de janeiro de 1985.

O custo total do trabalho de elaboração do P.E.D.I. remonta aos Cr\$ 86.306.000,00. Propõe-se que o GERES viabilize a obtenção de 33,3% desses recursos, num montante de Cr\$ 28.769.000,00 para uma contrapartida de Cr\$ 57.537.000,00 do Governo do Estado, correspondentes a 66,7% daquele total. O cronograma de desembolso prevê a liberação de 60% dos recursos quando da entrega do Relatório Parcial (novembro/84) e 40% na entrega do P.E.D.I. (janeiro/85).

Os Quadros 2.2.1 e 2.2.2. apresentam os usos necessários à realização do P.E.D.I. e seu cronograma de desembolso, enquanto o Quadro 2.2.3. de mostra, de forma agregada, os usos necessários à realização das duas propostas: PDRI da Região-Programa I e P.E.D.I.

QUADRO 2.2.1.

USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO P.E.D.I.

(Cr\$ 1.000,00).

DISCRIMINAÇÃO	AGOSTO - 1984/JANEIRO - 1985
<u>PESSOAL</u>	<u>84.104,4</u>
. CLT	79.154,2
. Estagiários	4.950,2
. Despesas Variáveis com pessoal (Diárias de Consultores e Técnicos).	-
<u>MATERIAL DE CONSUMO</u>	<u>104,2</u>
. Artigos de Expediente	104,2
. Combustível	-
<u>OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS</u>	<u>2.097,4</u>
. Passagens Aéreas	-
. Xerox	1.017,4
. Cópias Heliográficas	1.080,0
<u>TOTAL</u>	<u>86.306,0</u>

QUADRO 2.2.2.

FONTES E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PEDI

(Cr\$ 1.000,00)

FONTES	NA ENTREGA DE UM RELATÓRIO PARCIAL CONTENDO A REGIONALIZAÇÃO ECONÔMICA (NOV./84).	NA ENTREGA DO PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. (JAN./85).	TOTAL	%
GERES	17.261,4	11.507,6	28.769,0	33,3
Governo do Estado do Espírito Santo	34.522,2	23.014,8	57.537,0	66,7
TOTAL	51.783,6	34.522,4	86.306,0	100,0

QUADRO 2.2.3.

USOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO PDRI DA REGIÃO DE VITÓRIA E PARA O PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

(Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	PDRI DA REGIÃO DE VITÓRIA NOV. -1983/ JULHO-1984	PEDI AGOSTO-1984 JAN. -1985	TOTAL
<u>PESSOAL</u>	<u>93.258,1</u>	<u>84.104,4</u>	<u>177.362,5</u>
. CLT	86.922,1	79.154,2	166.076,3
. Estagiários	5.436,0	4.950,2	10.386,2
. Despesas Variáveis com Pessoal (Diárias de Consultares e Téc nicos)	900,0	-	900,0
<u>MATERIAL DE CONSUMO</u>	<u>253,2</u>	<u>104,2</u>	<u>339,4</u>
. Artigos de Expediente	156,3	104,2	260,5
. Combustível	78,9	-	78,9
<u>OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS</u>	<u>3.667,8</u>	<u>2.097,4</u>	<u>5.765,2</u>
. Passagens Aéreas	521,7	-	521,7
. Xerox	1.526,1	1.017,4	2.543,5
. Cópias Heliográficas	1.620,0	1.080,0	2.700,0
TOTAL	97.161,1	86.306,0	183.467,1

